

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.586 - PR (2018/0302277-0)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **JORGE FERREIRA VIEIRA**
ADVOGADOS : **NILTON GIULIANO TURETTA - PR023773**
: **GUILHERME DRUCIAK DE CASTRO - PR061030**
EMBARGADO : **OI S.A**
ADVOGADOS : **JOAQUIM MIRO - PR015181**
: **BRUNO DI MARINO - RJ093384**
: **DANIELA GALVAO DA SILVA REGO ABDUCHE - RJ092540**
: **LIDIA GUIMARÃES CUPELLO - RJ146950**
: **BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442**
: **LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI E OUTRO(S) - PR040624**
: **NATHALIA COSTA DA FONSECA - RJ163310**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por JORGE FERREIRA VIEIRA à decisão (fls. 724-727 e-STJ) que deu provimento ao recurso especial da embargada para reconhecer a ausência de interesse de agir do embargante, nos termos da Súmula nº 389/STJ, e extinguir a ação.

O recorrente sustenta o equívoco da decisão, pois a matéria - interesse de agir - estaria fulminada pela preclusão. Aduz, em síntese, que o tema foi tratado em agravo retido não reiterado na apelação, circunstância que impediria sua análise. Por fim, pleiteia a manutenção do benefício da gratuidade de justiça.

Devidamente intimada, a embargada apresentou impugnação (fls. 768-775 e-STJ), afirmando que as razões dos embargos são dissociadas do tema decidido, assim como da função recursal, pois não existe omissão.

É o relatório.

DECIDO.

A inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios não merece acolhida.

Preliminarmente, ressalta-se que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

No mais, a decisão embargada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, enumerados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015: obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso dos autos, o recurso especial foi parcialmente provido mediante fundamentação completa, clara, coerente e consoante a jurisprudência desta Corte acerca do tema e dos limites fáticos delimitados no acórdão.

A leitura do acórdão recorrido revela que os julgadores de origem analisaram o interesse de agir do embargante não tecendo comentários sobre a suposta preclusão, conforme se observa do seguinte excerto já reproduzido na decisão embargada:

"(...)

Preliminarmente, alega a Brasil Telecom S/A que falta interesse processual diante da desnecessidade de tutela jurisdicional para obtenção do documento requerido na inicial.

No entanto, pretendeu o autor a exibição de documento comum às partes, o que possibilita requerimento nos autos da ação ordinária, na forma que dispõem o art. 355 e 358 do Código de Processo Civil in verbis:

(...)

Outrossim, em que pese a disposição contida no art. 100, §12 da lei 6.404/76, o acesso ao Poder Judiciário não é condicionado, conforme dispõe o art. 52, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual:

(...)

Desta feita, não se pode reputar ausente o interesse processual do apelado, sob o argumento de necessidade de esgotamento de 'instâncias' administrativas, diante da expressa previsão constitucional, no sentido de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, diga-se, qualquer lesão ou ameaça a direito.

Ademais, não se trata o presente feito, de cautelar de exibição de documentos, ou seja, não se refere o pedido de exibição à pretensão singular do apelante, mas, sim, meio, por intermédio do qual, pretende o apelado demonstrar seu direito, decorrente de contrato firmado com a empresa sucedida pela apelada, sendo, por certo, aplicável ao caso corrente o disposto no art. 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90, possibilitando 'a facilitação da defesa de seus direitos'.

(...)

Demonstrado estar presente o interesse processual do autor e, desde logo, ser aplicável a Lei 8.078/90 ao caso, afasta-se a alegação de carência de ação, por falta de interesse processual" (fls. 564-566 e-STJ).

Em atento cotejo dos autos, verifica-se ainda que o embargante não apresentou contrarrazões ao recurso especial (fl. 687 e-STJ), deixando a suposta preclusão para ser abordada de forma inédita nestes aclaratórios.

Nesse contexto, não tendo a preclusão sido objeto de análise no acórdão recorrido, nem mesmo invocada em contrarrazões ao recurso especial, torna-se manifesta a tentativa de inovação recursal do embargante e, por consequência, a total inviabilidade de seu pleito.

A propósito:

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. INOVAÇÃO DE TESE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER INFRINGENTE E PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ARTIGO 1.026, § 2º, DO CPC/2015.

(...)

3. Os embargos de declaração não se prestam ao exame de questões inéditas

não suscitadas oportunamente pela parte embargante, restando caracterizada a existência de inovação recursal. Precedentes: AgInt no AREsp 995.381/BA, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 2/5/2017; EDcl no REsp 1.643.250/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 16/10/2017.

(...)

5. Embargos de declaração da Fazenda Nacional rejeitados, com imposição de multa" (EDcl no AgInt no REsp 1690612/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 08/08/2018).

Por fim, no tocante à gratuidade de justiça, o dispositivo da decisão agravada foi expresso quanto à obrigatoriedade da sua observação, não sendo o caso de reconhecimento de omissão.

Assim, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva a mera reforma do julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de janeiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator